

FLORESTAS QUE VALEM OURO

Agilberto Lima - Arquivo/AB

Uma 'mina de ouro' nas florestas paulistas. Assim os integrantes da CPI da Indústria da Indenização Ambiental na Assembleia Legislativa resumiram ontem a ação de uma máfia nos processos de indenizações por desapropriações de áreas de proteção ambiental no Estado.

O relatório aprovado pelos deputados estaduais e entregue ontem ao presidente da Assembleia, Walter Feldman (PSDB), apontou uma indústria de precatórios ambientais no valor de R\$ 3,3 bilhões em uma avalanche de 1.169 ações por indenizações somente no período de 1992 a 2001. "Quem sabe não conseguimos estancar esta sangria", disse o presidente da CPI, Milton Flávio (PSDB).

A "sangria" nas florestas paulistas mantinha uma metodologia própria para gerar as

superindenizações. Os integrantes da CPI descobriram supervalorizações em diferentes aspectos: o primeiro abordava o laudo pericial na área, com métodos viciados para avallar a chamada "terra nua", a cobertura florestal e as benfeitorias. "Encontramos até peritos judiciais que admitiram terem contratado matelros para avallar o tipo e a riqueza da floresta", diz o relator, Salvador Khurteh (PSB).

O segundo, de ordem jurídica, buscava diferentes ações para a mesma área usufruindo de problemas quanto à titularidade e à localização. "Solicitamos o recadastramento geral das áreas no Estado. O Estado foi vítima de diferentes ações, com titularidades diversas, para uma mesma área desapropriada", afirmou o integrante da CPI, Vanderlei Siraque (PT).

A máfia das desapropriações,



SUPERVALORIZADA: Mata Atlântica, alvo de ações de indenizações

segundo o presidente da CPI, também se aproveitava de uma incidência de lucros cessantes e juros compensatórios para aumentar em dois terços os valores da desapropriação.

O relatório apontou medidas para tentar vencer a máfia das indenizações ambientais: os integrantes conseguiram o compromisso do presidente da Casa para transformar a CPI em

uma comissão permanente de acompanhamento do caso, o projeto para criação de uma Procuradoria do Meio Ambiente para cuidar dos assuntos no Ministério Público do Estado. O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Márcio Martins Bonilha, também prometeu atenção especial às ações ambientais.

Presídios

Com um acordo entre as lideranças partidárias da Assembleia, os deputados aprovaram ontem, em sessão extraordinária, a criação da comissão parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema penitenciário. Proposta pela deputada Rosmary Correa (PMDB), a CPI vai apurar denúncias de corrupção, formação de quadrilhas dentro dos presídios do Estado, as condições de trabalho dos

agentes penitenciários e a falta de programa de reabilitação.

"Vi com muita satisfação a aprovação da CPI, principalmente por dois motivos: o primeiro foi o consenso entre os líderes dos partidos, que entenderam a importância desta comissão neste momento de crise no sistema penitenciário, e passaram o meu pedido na frente de outras 38 solicitações de CPIs; o segundo é que os agentes penitenciários, segmento que será investigado, entregaram ofício à presidência da Casa solicitando a aprovação da CPI com urgência", disse Rosmary. "É a primeira vez que eu vejo que pessoas que serão investigadas pedem a formação de uma CPI."

Alexsander Soares e Mauro Mug/AE

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	5T (cidade)
Data	10/5/2001 Pg 12A
Class	183
Documentação	